

11° SIMULADO

DEPEN

AGENTE FEDERAL DE EXECUÇÃO PENAL
PÓS-EDITAL



Estratégia
Concursos

Simulado Especial

11º Simulado DEPEN

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO EXCLUSIVO

- 1 – Este simulado conta com questões focadas no concurso do DEPEN;
- 2 – A prova contém **120 itens** que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora CESPE/CEBRASPE, com assertivas para serem valoradas como “certo” ou “errado”.
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8:30 às 13:00** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – O Gabarito do Simulado e o Ranking Classificatório com nota serão divulgados no blog do Estratégia Concursos.
- 8 – Esse simulado é uma autoavaliação! Você mesmo(a) vai corrigir, a partir do padrão de respostas disponível na área do aluno.

PREENCHA SEU GABARITO NO LINK - <https://bit.ly/Simulado-DEPEN-25-07>

01 – C E	25 – C E	49 – C E	73 – C E	97 – C E
02 – C E	26 – C E	50 – C E	74 – C E	98 – C E
03 – C E	27 – C E	51 – C E	75 – C E	99 – C E
04 – C E	28 – C E	52 – C E	76 – C E	100 – C E
05 – C E	29 – C E	53 – C E	77 – C E	101 – C E
06 – C E	30 – C E	54 – C E	78 – C E	102 – C E
07 – C E	31 – C E	55 – C E	79 – C E	103 – C E
08 – C E	32 – C E	56 – C E	80 – C E	104 – C E
09 – C E	33 – C E	57 – C E	81 – C E	105 – C E
10 – C E	34 – C E	58 – C E	82 – C E	106 – C E
11 – C E	35 – C E	59 – C E	83 – C E	107 – C E
12 – C E	36 – C E	60 – C E	84 – C E	108 – C E
13 – C E	37 – C E	61 – C E	85 – C E	109 – C E
14 – C E	38 – C E	62 – C E	86 – C E	110 – C E
15 – C E	39 – C E	63 – C E	87 – C E	111 – C E
16 – C E	40 – C E	64 – C E	88 – C E	112 – C E
17 – C E	41 – C E	65 – C E	89 – C E	113 – C E
18 – C E	42 – C E	66 – C E	90 – C E	114 – C E
19 – C E	43 – C E	67 – C E	91 – C E	115 – C E
20 – C E	44 – C E	68 – C E	92 – C E	116 – C E
21 – C E	45 – C E	69 – C E	93 – C E	117 – C E
22 – C E	46 – C E	70 – C E	94 – C E	118 – C E
23 – C E	47 – C E	71 – C E	95 – C E	119 – C E
24 – C E	48 – C E	72 – C E	96 – C E	120 – C E

PORTUGUÊS

Carlos Roberto

TEXTO 1

Apelo

Dalton Trevisan

Amanhã faz um mês que a Senhora está longe de casa. Primeiros dias, para dizer a verdade, não senti falta, bom chegar tarde, esquecido na conversa de esquina. Não foi ausência por uma semana: o batom ainda no lenço, o prato na mesa por engano, a imagem de relance no espelho.

Com os dias, Senhora, o leite primeira vez coalhou. A notícia de sua perda veio aos poucos: a pilha de jornais ali no chão, ninguém os guardou debaixo da escada. Toda a casa era um corredor deserto, até o canário ficou mudo. Não dar parte de fraco, ah, Senhora, fui beber com os amigos. Uma hora da noite eles se iam. Ficava só, sem o perdão de sua presença, última luz na varanda, a todas as aflições do dia.

Sentia falta da pequena briga pelo sal no tomate — meu jeito de querer bem. Acaso é saudade, Senhora? Às suas violetas, na janela, não lhes poupei água e elas murcham. Não tenho botão na camisa. Calço a meia furada. Que fim levou o saca-rolha? Nenhum de nós sabe, sem a Senhora, conversar com os outros: bocas raivas mastigando. Venha para casa, Senhora, por favor.

01. Sobre o texto de Dalton Trevisan, pode-se considerar que o trecho "Meu jeito de querer bem" não é motivo para o apelo feito pelo homem.

02. Pela leitura dos trechos "Não tenho botão na camisa" e "Calço a meia furada", pode-se inferir que era a mulher que pregava os botões na camisa do homem e costurava suas meias, sendo esses alguns motivos pelos quais ele implora por sua volta ao final do texto.

03. Ao dizer que conversar com os outros era como "bocas raivas mastigando", o homem quis se referir a pessoas que se encontravam num diálogo tomado pelo nervosismo.

04. Ainda sobre o trecho "bocas raivas mastigando" há uma oração reduzida de gerúndio que, se desenvolvida, poderia ser escrita da seguinte forma: "bocas raivas que se mastigavam".

05. No trecho "Não foi ausência por uma semana: o batom ainda no lenço, o prato na mesa por engano, a imagem de relance no espelho", o uso dos dois pontos caracteriza uma exemplificação.

06. No trecho "não lhes poupei água e elas murcham", o vocábulo "lhes" exerce função sintática de complemento verbal indireto do verbo "poupar" que, no caso, possui dupla transitividade.

07. Se a Senhora estivesse longe de casa há três meses em vez de um, a primeira oração do texto seria assim reescrita: "Amanhã fazem três meses que a Senhora está longe de casa".

TEXTO II



A charge é um gênero textual que traz normalmente assunto do cotidiano e bem atual. O texto acima traz uma criança assistindo a um programa de televisão que falava sobre o empenho dos cientistas em descobrir a sonhada vacina contra o coronavírus. Em contrapartida, o menino lembra de outra realidade: a violência. Com base no texto, julgue os itens a seguir:

08. Na inocência do menino, ele questiona, sem desmerecer a importância da vacina contra o coronavírus, se os cientistas podem criar, também, uma vacina para combater a realidade da violência com a qual ele lida todos os dias.

09. Pode-se inferir que a busca pela vacina é mais urgente que a busca pelo fim da violência.

10. Há um contraponto nas duas falas: na TV, o assunto é mais grave e mais imediato. O menino, por não saber disso, quer resolver apenas o que afeta a vida dele diretamente.

11. Há uma crítica pelo fato de serem realidades que coexistem, mas os cientistas buscam resolver apenas a mais grave.

12. O desenho das balas voando caracteriza uma hipérbole, porém condizente com a realidade.

ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO

Thállius Morae

Levando em consideração disposições previstas na Lei 8.112/90, que trata do regime jurídico único dos servidores públicos civis federais, analise a próxima assertiva.

13. Não é admitida a sindicância para a imposição de penalidade igual ou superior a trinta dias e demissão, casos em que será obrigatória a instauração de processo disciplinar.

Conforme as regras elencadas na Lei 12.846/13, que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, julgue o próximo item.

14. A lei anticorrupção aplica-se às sociedades empresárias e às sociedades simples, personificadas ou não, independentemente da forma de organização ou modelo societário adotado.

RACIOCÍNIO LÓGICO

Guilherme Neves

O professor Ricardo Vale teve a ideia de fazer um simulado presencial para alguns alunos do Estratégia. Foram selecionados 150 candidatos, que deveriam ser acomodados nas salas A, B, C e D de um prédio, com capacidade para receber 60, 50, 40 e 30 candidatos, respectivamente. Dani Pires, organizadora do simulado, decidiu preencher inicialmente todos os lugares da sala menor, e os candidatos restantes foram repartidos entre as demais salas de forma diretamente proporcional à capacidade de cada uma. Com base nessas informações, julgue os itens a seguir.

15. Haverá mais de 10 lugares vagos na sala A.

16. Mais de 40 candidatos farão prova na sala B.

Um grupo de 100 pessoas foi selecionado para desenvolver as tarefas A, B e C. Desse grupo, sabe-se que exatamente 12 participaram do desenvolvimento das três tarefas. Em se tratando das pessoas que participaram do desenvolvimento de somente duas dessas tarefas, sabe-se que exatamente 10 participaram do desenvolvimento das tarefas A e B, exatamente 12 das tarefas A e C, e exatamente 14 participaram do desenvolvimento das tarefas B e C. Sabe-se, ainda, que exatamente 60 e 50 pessoas participaram do desenvolvimento das tarefas A e B, respectivamente.

Com base nessas informações, julgue os itens a seguir.

17. O número de pessoas que participaram do desenvolvimento apenas da tarefa C é inferior a 10.

18. O número de pessoas que participaram do desenvolvimento de mais de uma tarefa é superior a 50.

19. Menos de 90 pessoas participaram do desenvolvimento das tarefas A ou B.

Considere dois eventos A e B tais que $P(A) = 0,6$, $P(B) = 0,7$ e $P(A \cup B) = 0,9$. Com base nessas informações, julgue os itens a seguir.

20. $P(A \cap B) = 0,3$.

21. Os eventos A e B são independentes.

22. $P(B|A) = 2/3$.

INFORMÁTICA

Diego Carvalho e Renato Costa

Sobre ferramentas de busca e pesquisa, julgue o item a seguir.

23. É possível pesquisar no google por documentos pdf que tenham resultado para a correspondência exata de “servidor público”, mas não contenham a palavra federal. Para isso, bastaria buscar por “servidor público” ~federal filetype: pdf

Sobre navegadores web, julgue o item a seguir.

24. Cache e cookies não são sinônimos e se diferem em vários aspectos. Enquanto o cache visa acelerar a navegação do usuário, podendo para isso consumir um razoável espaço de armazenamento ao salvar páginas HTML, Imagens e CSS, os cookies buscam armazenar dados sobre escolhas pessoais dos usuários, consumindo menos espaço e armazenando conteúdo como sessões de navegação e dados de rastreamento do usuário.

Sobre correio eletrônico, julgue o item a seguir.

25. O protocolo POP3 foi criado como uma forma simplificada de receber, baixar e deletar mensagens de um servidor de e-mail, funcionando na porta 110. Esse protocolo pode trabalhar de dois modos distintos, ou apagando as mensagens da caixa postal logo após o download dessas ou mantendo uma cópia das mensagens na caixa postal mesmo após a realização do download.

Sobre segurança da informação, julgue o item a seguir.

26. Para que uma pessoa física possua um certificado digital do tipo A3 é necessário que seja gerado um par de chaves pela autoridade certificadora, sendo que essas chaves deverão ter um tamanho mínimo de 64 bits. Além disso, é necessário que a pessoa adquira previamente um Smartcard com Chip ou um Token USB para armazenamento do certificado.

Sobre o Microsoft Excel, julgue o item a seguir.

27. Conceitualmente uma fórmula em uma planilha eletrônica é composta por valores constantes, operadores, referências a células e/ou funções pré-definidas.

Sobre o Microsoft Powerpoint, julgue o item a seguir.

28. Um usuário do programa MS-Powerpoint deseja, através de atalhos, criar um slide e, em seguida, iniciar a apresentação diretamente do slide atual. Para tanto, ele deve utilizar a sequência de atalhos CTRL+M e SHIFT+F5.

Sobre o Windows 10, julgue os itens a seguir.

29. Um usuário estava escolhendo o anel de noivado para sua namorada, mas não queria que ela soubesse. Em meio a sua pesquisa, porém, sua namorada se aproximou para ver o que ele estava fazendo no computador. O usuário, então, rapidamente minimizou todas as janelas e bloqueou o computador através de dois atalhos. Os atalhos que possibilitam essas ações são o Win + M e o Win + L.

30. Em geral, o Windows é instalado na unidade de disco C:, sendo esta a mídia padrão, o Disco Rígido (HD ou SSD). Isso ocorre porque as unidades A: e B: tem por padrão associação ao Disquete e estão atualmente em desuso.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Nelma Fontana

31. A Constituição Federal assegura aos trabalhadores urbanos, rurais e domésticos, dentre outros direitos, seguro-desemprego, em caso de desemprego involuntário, piso salarial proporcional à extensão e à complexidade do trabalho e décimo terceiro salário com base na remuneração integral ou no valor da aposentadoria.

32. José, ex-governador do Distrito Federal, em dezembro de 2019, foi condenado por improbidade administrativa. Em decorrência da condenação, no tempo definido por lei, José não poderá votar, ser eleito a nenhum tipo de mandato eletivo e nem tomar posse em cargo, emprego ou função pública.

33. É vedada a criação de mais de uma associação, em qualquer grau, representativa de categoria profissional, econômica, ou de grupos sociais, na mesma base territorial, que será definida pelos associados interessados, não podendo ser inferior à área de um Município.

34. João, brasileiro nato, reside na Espanha há 10 anos. No ano de 2019, resolveu se casar com Mercedes, espanhola, mas foi surpreendido ao saber que iria adquirir tacitamente a nacionalidade espanhola, em razão do casamento, por imposição da lei estrangeira. Preocupado, consultou advogado brasileiro, que o orientou a não formalizar a união, porque a aquisição de outra nacionalidade gera a perda da nacionalidade brasileira. Sobre o esclarecimento prestado a João por seu advogado, é correto afirmar que está de acordo com a legislação constitucional pátria.

35. Os analfabetos e, durante o serviço militar obrigatório, os conscritos são inalistáveis e inelegíveis.

36. A Constituição Federal assegura aos Partidos autonomia para definir sua estrutura interna e estabelecer regras sobre escolha, formação e duração de seus órgãos permanentes e provisórios e para adotar os critérios de escolha e o regime de suas coligações nas eleições majoritárias e proporcionais, sem obrigatoriedade de vinculação entre as candidaturas em âmbito nacional, estadual, distrital ou municipal.

37. Os servidores policiais integrantes das polícias civis serão remunerados exclusivamente por subsídio fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória, obedecido, o teto constitucional.

38. Compete ao Presidente da República, em razão do sistema presidencialista de governo, exercer as atribuições de chefe de Estado e de chefe de Governo.

DIREITO ADMINISTRATIVO**Thálius Moraes**

Acerca dos Poderes da Administração e da Responsabilidade Civil do Estado, julgue as próximas assertivas.

39. Com base direta no poder hierárquico a Administração Pública possui a prerrogativa de dar ordens, fiscalizar, punir e avocar competências de seus subordinados.

40. O poder disciplinar é aquele que concede ao administrador público a faculdade de escolher, dentre várias opções possíveis, aquela que se mostra mais adequada ao interesse público.

41. O Estado responde de forma direta e objetiva pelos danos causados pelos cartorários.

Acerca das Licitações e dos Contratos Administrativos, levando em consideração as normas traçadas na Lei 8.666/93 e no Decreto 10.024/19, julgue os próximos itens.

42. O tramite da licitação será sigiloso, salvo quanto ao conteúdo das propostas.

43. É possível que um contrato administrativo seja rescindido unilateralmente pela Administração Pública meramente por razões de interesse público.

44. Os termos do edital do pregão eletrônico podem ser impugnados por qualquer pessoa, desde que o faça em até três dias úteis antes da data fixada para a abertura da sessão pública.

A Lei 9.784/99 estabelece as regras acerca do processo administrativo em âmbito federal. Considerando essas disposições, analise os próximos itens.

45. No processo administrativo, um terceiro, que não tenha iniciado ou participado do processo, não possui legitimidade para a interposição de um recurso administrativo.

46. É admissível a delegação de competência para proferir decisão de recurso administrativo a outros órgãos ou autoridades, ainda que estes não sejam hierarquicamente subordinados à autoridade delegante.

DIREITO PENAL**Ivo Martins**

47. A lei excepcional ou temporária, embora decorrido o período de sua duração ou paradas as circunstâncias que a originaram, aplica-se ao fato praticado durante sua vigência, não ocorrendo, nesse caso, a retroatividade de lei mais favorável.

48. A prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei.

49. O agente que, por circunstâncias alheias à própria vontade, não prossegue na execução do crime, só responderá pelos atos já praticados.

50. Em relação ao crime de furto, se o agente delituoso é primário e é de pequeno valor a coisa furtada, o juiz pode isentar o agente de pena.

51. A lei penal mais benéfica aplica-se ao crime continuado ou ao crime permanente, mesmo que advenha superveniência de lei penal mais gravosa ao longo da atividade delitiva.

52. Em se tratando de homicídio culposo, o juiz em hipótese alguma poderá deixar de aplicar a pena, mesmo se as consequências da infração atingirem o próprio agente de forma tão grave que a sanção penal se torne desnecessária.

53. Culpabilidade é juízo de reprovabilidade que se exerce sobre uma determinada pessoa que pratica um fato típico e antijurídico, tendo como requisitos a imputabilidade, a potencial consciência da ilicitude e a exigibilidade de conduta diversa.

54. Diz-se o crime consumado, quando nele se reúnem todos os elementos de sua definição legal.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Luciana Peixoto

Acerca do tema prisões e liberdade provisória, leia o texto e de acordo com a situação hipotética julgue os itens **55** a **58**.

Marcio estava caminhando sozinho pelo centro da cidade, próximo aos shoppings populares que realizam a compra a venda de eletrônicos, quando avistou uma viatura da polícia militar e saiu correndo, mudando de direção repentinamente. Diante da atitude suspeita foi abordado pelos policiais militares e em sua posse foi localizado um aparelho celular que tinha a foto de uma mulher no fundo de tela. Questionado sobre o objeto, Marcio não sabe explicar quem era a mulher que estava na foto e durante os trabalhos policiais, o telefone tocou e os policiais receberam a informação que o aparelho celular tinha sido subtraído de Cláudia há pouco mais de uma hora. A vítima narrou que estava nadando quando um

homem aproximou e com a mão embaixo da blusa, simulando estar armado, exigiu que entregasse o telefone celular, empreendendo fuga a pé. Marcio foi conduzido ao Distrito Policial, onde foi lavrada a prisão em flagrante delito pelo crime de roubo (art. 157 do Código Penal).

55. Márcio foi corretamente preso em flagrante delito já que foi encontrado, logo depois do crime, com o objeto subtraído, o que faz presumir ser ele autor da infração penal, situação chamada pela doutrina de flagrante presumido ou ficto.

56. A falta de testemunhas do roubo impedirá a lavratura do auto de prisão em flagrante, já que deverá ser assinado por duas testemunhas do fato.

57. Sendo o crime de roubo apenado com reclusão, de quatro a dez anos, e multa, somente a autoridade judiciária poderá conceder fiança no valor de 1 (um) a 100 (cem) salários mínimos.

58. Se Márcio for o único responsável pelos cuidados do filho com 11 anos de idade, presentes os requisitos para decretação da prisão preventiva, o juiz poderá substituí-la pela prisão domiciliar.

Sobre os dispositivos presentes nos Código de Processo Penal, julgue o item a seguir:

59. A competência da polícia judiciária, exercida pelas autoridades policiais no território de suas respectivas circunscrições, de apuração das infrações penais e da sua autoria não excluirá a de outras autoridades administrativa, a quem, por lei, seja cometida a mesma função.

60. Sobre os dispositivos legais relacionados a ação penal, julgue os itens a seguir:

Nos crimes praticados em detrimento do patrimônio ou interesse da União, Estado e Município a ação penal será promovida por denúncia do Ministério Público ou queixa-crime do órgão que teve seu bem jurídico lesado, nas ações penais privadas.

61. À luz da legislação processual penal brasileira, julgue o item a seguir.

O princípio da extraterritorialidade se aplica como regra às normas de direito processual penal, podendo ser condicionada ou incondicionada.

62. Julgue como certo ou errado o próximo item.

Analogia é um processo de integração do direito, utilizado para suprir lacunas, na qual aplica-se uma norma existente para uma determinada situação a um caso concreto semelhante, para o qual não há qualquer previsão legal. Sobre este processo de integração julgue o item seguinte.

No processo penal, a analogia pode ser usada contra ou a favor do réu, pois não se trata de norma penal incriminadora.

DIREITOS HUMANOS E PARTICIPAÇÃO SOCIAL

Ricardo Torques

A Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) representa um marco na história dos direitos humanos. Sobre esse importante documento, julgue os itens a seguir:

63. A Declaração Universal dos Direitos Humanos consagra a presunção de inocência até que a culpabilidade do acusado seja provada em sentença com trânsito em julgado.

64. A Declaração Universal dos Direitos Humanos, em âmbito penal, consagra expressamente o Princípio da Legalidade.

O Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH) busca dar concretude aos direitos humanos básicos dos brasileiros, alinhando as políticas públicas aos tratados internacionais dos quais o Brasil é signatário. Desse modo, julgue os itens seguintes:

65. O PNDH-3 apresenta seis eixos orientadores que podem ser considerados como linhas-mestras de orientação do Programa. O primeiro deles versa sobre a interação democrática entre Estado e sociedade civil prevendo, como uma de suas diretrizes, o fortalecimento dos direitos humanos como instrumento transversal das políticas públicas e de interação democrática.

66. O Eixo Orientador VI, ao tratar do direito à memória e à verdade, apresenta a preservação da memória histórica e a construção pública da verdade como uma de suas diretrizes.

O Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária tem sede em Brasília e é subordinado ao Ministério da Justiça e Segurança Pública. Com base na Lei de Execução Penal (Lei nº 7.210/84), julgue os itens:

67. O Conselho será integrado por 12 (doze) membros designados através de ato do Ministério da Justiça e Segurança Pública, dentre professores e profissionais da área jurídica, bem como representantes da comunidade e dos Ministérios da área social.

68. Compete ao Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, apenas em âmbito federal, propor diretrizes da política criminal quanto à prevenção do delito, administração da Justiça Criminal e execução das penas e das medidas de segurança.

A Constituição Federal de 1988 apresenta vários dispositivos garantidores e efetivadores dos direitos humanos. Com base no texto constitucional e no posicionamento dos Tribunais Superiores, julgue os itens:

69. João foi abordado por um policial e apresentou sua carteira de trabalho para identificar-se. Nesse caso, em hipótese alguma será realizada a identificação criminal de João.

70. O Supremo Tribunal Federal, ao tutelar a dignidade da pessoa humana e o direito ao nome, decidiu que o transgênero tem direito fundamental à alteração de seu prenome e de sua classificação de gênero no registro civil, bastando apenas a manifestação de vontade do indivíduo, que poderá exercer tal faculdade pela via judicial ou pela via administrativa.

LEGISLAÇÃO ESPECIAL

Paulo Guimarães

71. A colaboração premiada prevista pela Lei n. 12.850/2013 contempla restrições ao direito ao silêncio.

72. Segundo a Lei n. 12.850/2013 (Organizações Criminosas), é possível a formação de organização criminosa com o intuito de praticar infração de caráter transnacional, independentemente da pena cominada.

73. A divergência na interpretação de lei ou na avaliação de fatos e provas não configura abuso de autoridade.

74. Da Lei n. 9.455/97, que incrimina a tortura, extraem-se as espécies delitivas doutrinariamente designadas tortura-prova, tortura-crime, tortura-discriminação, tortura-castigo, tortura-própria e tortura-omissão, equiparadas aos crimes hediondos, previstas na modalidade dolosa e com apenamento para cumprimento inicial em regime fechado.

75. O condenado pelo crime de tortura, diante do que dispõe o art. 1º § 5º da Lei n. 9.455/1997, além da pena privativa de liberdade, está sujeito a pena de multa, perda do cargo, função ou emprego público e a interdição para seu exercício pelo dobro do prazo da pena aplicada.

76. A Lei Anticorrupção (Lei n. 12.846/2013) prevê, além da pena de multa, a sanção de publicação extraordinária da decisão condenatória da pessoa jurídica infratora. A aplicação destas sanções, cumulativamente, exclui a obrigação da reparação integral do dano causado.

77. A respeito da Lei de Improbidade Administrativa (Lei n. 8.429/1992) será punido com a pena de demissão, a bem do serviço público, sem prejuízo de outras sanções cabíveis, o agente público que se recusar a prestar declaração dos bens, dentro do prazo determinado, ou que a prestar falsa.

78. Nos termos da Lei n. 8.429/1992, é ato de improbidade administrativa que causa prejuízo ao erário a utilização, em obra ou serviço particular, do trabalho de servidores públicos, empregados ou terceiros contratados pela administração direta,

indireta ou fundacional de qualquer dos Poderes dos Estados.

79. De acordo com a Lei n. 10.826/2003, no Sistema Nacional de Armas (Sinarm) serão cadastradas as armas de fogo da Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Polícias Civis, órgãos policiais da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, integrantes do quadro efetivo dos agentes e guardas prisionais, integrantes das escolas de presos, das Guardas Portuárias, das Guardas Municipais e dos órgãos públicos cujos servidores tenham autorização legal para portar arma de fogo em serviço.

80. Conforme a Lei n. 10.826/2003 (Estatuto do Desarmamento) o Certificado de Registro de Arma de Fogo legitima a propriedade da arma de fogo, mas autoriza o seu proprietário a mantê-la exclusivamente no interior de sua residência ou domicílio ou no seu local de trabalho, desde que seja ele o titular ou o responsável legal pelo estabelecimento ou empresa. Aos residentes na zona rural, considera-se residência ou domicílio toda a extensão do respectivo imóvel rural.

EXECUÇÃO PENAL

Alexandre Herculano

81. Julgue o item com base na Lei de Execução Penal e nas principais Jurisprudências.

O Juízo da Execução pode promover a retificação do atestado de pena para constar a reincidência, com todos os consectários daí decorrentes, ainda que não esteja reconhecida expressamente na sentença penal condenatória transitada em julgado.

82. Julgue o item com base na Lei de Execução Penal e nas principais Jurisprudências.

Fere o contraditório e o devido processo decisão que, sem ouvida prévia da defesa, determine transferência ou permanência de custodiado em estabelecimento penitenciário federal.

83. Julgue o item com base na Lei de Execução Penal e nas principais Jurisprudências.

Segundo o STJ, é ilegal a sanção administrativa que impede definitivamente o direito do preso de receber visitas.

84. Julgue o item com base na Lei de Execução Penal e nas principais Jurisprudências.

A prática de falta grave não interrompe o prazo para a concessão da saída temporária e para o trabalho externo.

85. Julgue o item com base na Lei de Execução Penal e nas principais Jurisprudências.

Nada impede que o magistrado das execuções criminais, facultativamente, requisite o exame criminológico e o utilize como fundamento da decisão que julga o pedido de progressão.

86. Julgue o item com base na Lei de Execução Penal e nas principais Jurisprudências.

Após os primeiros 6 meses de regime disciplinar diferenciado, o preso que não receber a visita pessoal poderá, após prévio agendamento, ter contato telefônico, que será gravado, com uma pessoa da família, quinzenalmente e por 10 minutos.

87. Julgue o item com base na Lei de Execução Penal e nas principais Jurisprudências.

O Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária será integrado por 13 membros designados através de ato do Ministério da Justiça, dentre professores e profissionais da área do

Direito Penal, Processual Penal, Penitenciário e ciências correlatas, bem como por representantes da comunidade e dos Ministérios da área social. Sendo que o mandato dos membros do Conselho terá duração de 4 anos.

88. Julgue o item com base na Lei de Execução Penal e nas principais Jurisprudências.

Os condenados que cumprem pena em regime fechado ou semi-aberto e os presos provisórios poderão obter permissão para sair do estabelecimento, mediante escolta, quando houver necessidade de tratamento médico.

89. Julgue o item com base na Lei de Execução Penal, na Lei de Drogas e nas principais Jurisprudências.

O condenado que cumpre a pena em regime fechado ou semiaberto poderá remir, por trabalho ou por estudo, parte do tempo de execução da pena. A contagem de tempo, no caso de estudo, será feita à razão de um dia de pena a cada doze horas de frequência escolar - atividade de ensino fundamental, médio, inclusive profissionalizante, ou superior, ou ainda de requalificação profissional - divididas, no mínimo, em três dias.

90. Julgue o item com base na Lei de Execução Penal, na Lei de Drogas e nas principais Jurisprudências.

No caso de mulher gestante ou que for mãe ou responsável por crianças ou pessoas com deficiência, os requisitos para progressão de regime, entre outros, são, cumulativamente: não ter cometido o crime contra seu filho ou dependente e ter cumprido ao menos 16% da pena no regime anterior.

91. Julgue o item com base na Lei de Execução Penal, especificamente sobre o trabalho externo.

Somente se admitirá o recolhimento do beneficiário de regime aberto em residência particular quando se tratar de: condenado maior de 70 anos; condenado acometido de doença grave; condenada com filho menor ou deficiente físico ou mental; e condenada gestante.

92. Julgue o item com base na Portaria Interministerial MJ/SEDH nº 4.226/2010.

Não é legítimo o uso de armas de fogo contra veículo que desrespeite bloqueio policial em via pública, a não ser que o ato represente um risco imediato de morte ou lesão grave aos agentes de segurança pública ou terceiros.

93. Julgue o item com base na Portaria Interministerial MJ/SEDH nº 4.226/2010.

O uso de técnicas de menor potencial ofensivo deve ser mensalmente avaliado.

94. Julgue o item com base na Portaria MJSP nº 65/2019 (formação da força tarefa de intervenção penitenciária no âmbito do DEPEN).

A FTIP será composta por agentes federais de execução penal, agentes penitenciários estaduais e do Distrito Federal, na forma de contratos do Ministério da Justiça e Segurança Pública celebrados com os Estados e com o Distrito Federal.

95. Julgue o item com base na Portaria MJSP nº 65/2019 (formação da força tarefa de intervenção penitenciária no âmbito do DEPEN)

Compete à formação de Força-Tarefa de Intervenção Penitenciária as atividades de inteligência de segurança pública que tenham relação com o sistema prisional.

96. Julgue o item com base na Portaria MJSP nº 157/2019 (disciplina o procedimento de visita social aos presos nos estabelecimentos penais federais de segurança máxima e dá outras providências).

A visita social no Sistema Penitenciário Federal pode ser somente em pátio de visitação e por videoconferência.

97. Julgue o item com base na Portaria MJSP nº 157/2019 (disciplina o procedimento de visita social aos presos nos estabelecimentos penais federais de segurança máxima e dá outras providências)

O acesso ao estabelecimento penal federal pelos visitantes será franqueado às pessoas devidamente cadastradas e previamente agendadas e deverá ocorrer com 30 minutos de antecedência do horário agendado, sendo admitida tolerância máxima de 10 minutos, sob pena de cancelamento da visita.

98. Julgue o item com base na Lei nº 13.675/2018, que cria a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS) e institui o Sistema Único de Segurança Pública (Susp).

São integrantes estratégicos do Susp: os Conselhos de Segurança Pública e Defesa Social dos três entes federados; a Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp); e a Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil (Sedec).

99. Julgue o item com base na Lei nº 13.675/2018, que cria a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS) e institui o Sistema Único de Segurança Pública (Susp).

Os Conselhos serão compostos, entre outros, por: representante do Ministério Público e representantes de entidades de profissionais de segurança pública. No segundo caso o membro será eleito por meio de processo aberto a todas as entidades e organizações cuja finalidade seja relacionada com as políticas de segurança pública, conforme convocação pública e critérios objetivos previamente definidos pelos Conselhos.

100. Julgue o item com base na Lei nº 13.675/2018, que cria a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS) e institui o Sistema Único de Segurança Pública (Susp).

A avaliação dos objetivos e das metas do Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social será coordenada por comissão permanente e realizada por comissões temporárias, essas compostas, no mínimo, por três membros, na forma do regulamento próprio.

101. Julgue o item com base na Lei nº 13.675/2018, que cria a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS) e institui o Sistema Único de Segurança Pública (Susp).

O Programa Nacional de Qualidade de Vida para Profissionais de Segurança Pública integrado por instituições de ensino superior, observadas as normas de licitação e contratos, tem como objetivo promover cursos de graduação, extensão e pós-graduação em segurança pública e defesa social.

102. Julgue os itens com base no Decreto nº 9.489, de 30 de agosto de 2018, que regulamente a Lei nº 13.675/18.

O Sistema Nacional de Informações e Gestão de Segurança Pública e Defesa Social disporá, para a consecução de seus objetivos, dos seguintes sistemas e programas, que atuarão de forma integrada: a Rede Nacional de Combate à Violência e o Programa Nacional de Aperfeiçoamento do Profissional de Segurança Pública.

103. Julgue os itens com base no Decreto nº 9.489, de 30 de agosto de 2018, que regulamente a Lei nº 13.675/18.

Constarão do Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais, de Rastreabilidade de Armas e Munições, de Material Genético, de Digitais e de Drogas, entre outras, e sem prejuízo de outros definidos por seu Conselho Gestor, dados e informações relativos a: entrada e saída de estrangeiros; as condenações, penas, mandados de

prisão e contramandados de prisão; e o banco de dados de perfil genético e digitais.

104. Julgue os itens com base no Decreto nº 9.489, de 30 de agosto de 2018, que regulamente a Lei nº 13.675/18.

A estrutura administrativa do Conselho Gestor do Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais, de Rastreabilidade de Armas e Munições, de Material Genético, de Digitais e de Drogas é composta por: uma Secretaria-Executiva; três câmaras técnicas; fóruns consultivos regionais; e gestores dos entes federativos.

105. Julgue os itens com base no Decreto nº 9.489, de 30 de agosto de 2018, que regulamente a Lei nº 13.675/18.

Aos órgãos de correição dos integrantes operacionais do Susp, no exercício de suas competências, caberão o gerenciamento e a realização dos procedimentos de apuração de responsabilidade funcional, por meio de sindicância e processo administrativo disciplinar, e a proposição de subsídios para o aperfeiçoamento das atividades dos órgãos de segurança pública e defesa social. Assim, caberá à Polícia Federal instituir mecanismos de registro, acompanhamento e avaliação, em âmbito nacional.

**DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO
NACIONAL**

Tiago Zanolla

Considere as seguintes situações hipotéticas.

- Junior Lima manuseou equipamento de trabalho sem conhecimento do encarregado.
- Pedro provocou perturbações com ruídos e vozerios ou vaias.
- Robson perturbou a recreação.
- Jessé não se opôs a contagem da população carcerária.
- Gilmar vende biscoitos caseiros na penitenciária.
-

Com base no Decreto n. 6.049/2007, julgue os itens a seguir:

106. Junior Lima cometeu falta de natureza leve.

107. Pedro cometeu falta de natureza média.

108. A conduta de Robson não está prevista como falta funcional.

109. Jessé cometeu falta grave.

110. Gilmar cometeu falta média.

111. Gilmar está sujeito a Advertência.

112. Jessé está sujeito a Repreensão

113. A conduta de Robson não é passível de punição.

114. Júnior Lima está sujeito a Advertência.

115. A atribuição de trabalho e sua remuneração é um dever do detento.

116. A igualdade de tratamento, independentemente da individualização da pena, é um direito do detento.

Com base na lei n. 11671/2008, julgue os itens a seguir:

117. A inclusão em estabelecimento penal federal de segurança máxima, no atendimento do interesse da segurança pública, será em regime determinado pelo juízo federal de execução penal.

118. A execução penal da pena privativa de liberdade, no período em que durar a transferência, ficará a cargo do juízo federal competente.

119. A autoridade policial será comunicada sobre a transferência do preso provisório quando a autorização da transferência ocorrer antes da conclusão do inquérito policial que presidir.

120. A inclusão de preso em estabelecimento penal federal de segurança máxima será excepcional e por prazo determinado.

Prova Discursiva

Marcio Damasceno

Número de presos que trabalham aumentou no sistema prisional brasileiro

De acordo com Nota Técnica Nº 79 elaborada pelo Departamento Penitenciário Nacional (Depen), o número de presos que trabalham aumentou no sistema penitenciário brasileiro. No ano passado, os estados com maior percentual de presos exercendo atividade laboral foram: Mato Grosso do Sul com 37,34% da população carcerária trabalhando, Maranhão com 35,46% e Santa Catarina com 33,65%.

O Depen incentiva a qualificação da política de trabalho e renda no sistema prisional, via projetos, como o Programa de Capacitação Profissional e Implementação de Oficinas Permanentes (PROCAP), o Selo Resgata, as visitas técnicas, os seminários, entre outras atividades.

O trabalho prisional está previsto na Lei de Execução Penal (LEP), que determina que o preso condenado à pena privativa de liberdade está obrigado ao trabalho, na medida de suas aptidões e capacidade. Para o preso provisório, o trabalho não é obrigatório. Também não é obrigatório o trabalho para empresas privadas. A autorização para a atividade laboral externa é dada pelo diretor do estabelecimento penal e dependerá de autorização judicial.

Produção de EPIs de combate ao Covid-19

Os presos do sistema prisional brasileiro têm produzido Equipamentos de Proteção Individuais (EPIs) de combate à Covid-19 para o próprio sistema e para doação. As implementações de oficinas do PROCAP facilitaram a produção desses materiais nas penitenciárias brasileiras.

De acordo com um levantamento do Depen, junto às unidades federativas, há produção semanal de 1.591.200 máscaras, 49.250 litros/unidades de material de higiene, 11.500 litros/garrafas de álcool em gel ou líquido e 82.110 unidades de uniformes/itens hospitalares entre roupas, lençóis, gorros e propés.

Os estados que mais produzem máscaras semanalmente com utilização de mão de obra prisional para o combate e prevenção ao Coronavírus são: Santa Catarina com a produção de 650 mil máscaras, Distrito Federal com a produção de 350 mil máscaras, Minas Gerais com 110 mil máscaras, Maranhão com 100 mil e São Paulo com 90 mil máscaras. As capacidades produtivas podem ser afetadas de acordo com a disponibilidade de insumos.

Disponível em: <http://depen.gov.br/DEPEN/numero-de-presos-que-trabalham-aumentou-48-no-sistema-prisional-brasileiro>. Acesso em: 22/07/2020.

Considerando o caráter unicamente motivador do texto acima, redija um texto dissertativo acerca do seguinte tema:

TRABALHO NO SISTEMA PRISIONAL: DEVER SOCIAL E CONDIÇÃO DE DIGNIDADE HUMANA

No seu texto, mencione necessariamente:

1. a remição de pena pelo trabalho como forma de ressocialização; [valor: 6,00 pontos]
 2. o trabalho como dever social do preso; [valor: 6,00 pontos]
 3. aspectos a serem observados sob a perspectiva laboral para a garantia da dignidade do preso. [valor: 7,00 pontos]
-

FOLHA DE RESPOSTA

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Preencha o Gabarito!

<https://bit.ly/Simulado-DEPEN-25-07>

Conheça nosso Sistema de Questões

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no banner e aproveite os descontos e bônus imperdíveis!



Não é assinante?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no banner!

A banner for 'Assinatura Ilimitada' featuring a close-up of an owl's face on the left. The text 'ASSINATURA ILIMITADA' is in large, bold letters, with 'ILIMITADA' in blue. Below it, a blue box contains the text 'ESTUDE PARA QUALQUER CONCURSO* SEM PREOCUPAÇÃO'. On the right, a yellow and blue price tag shows two options: '1 ANO 12X R\$ 199,97' and '2 ANOS 12X R\$ 333,97'. At the bottom left, there is a small text '*VERIFICAR CONDIÇÕES NO SITE'.